



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010879-44.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Nota Promissória**
 Requerente: **Danilo Otavio Martins**
 Requerido: **Antonio Aparecido Cardozo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

DANILO OTAVIO MARTINS propôs ação monitória contra **ANTONIO APARECIDO CARDOZO** para a cobrança de duas notas promissórias no valor de R\$ 15.000,00 e R\$ 5.000,00.

Citado, o réu opôs embargos, arguindo, em síntese, que assinou as notas promissórias em branco, em razão de dois empréstimos no valor de R\$ 10.000,00 e R\$ 5.000,00, vindo o autor a preenche-las com incidência de juros de 33%.

Afirma já ter efetuado o pagamento da nota promissória de R\$ 15.000,00, por meio do pagamento de passagem aérea e hospedagem para viagem do autor, além de ter entregue R\$ 9.000,00 em moeda corrente. Entende que o valor correto da dívida é de R\$ 12.155,59 e almeja a aplicação do artigo 940 do Código Civil para receber em dobro o montante indevidamente cobrado, além de condenação do autor em litigância de má-fé.

Réplica às fls. 41/46.

Houve audiência para interrogatório das partes.

Alegações finais às fls. 71 e 72/74.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Inicialmente, nega-se os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita ao embargante, pois ele não comprovou a insuficiência de recursos para arcar com as despesas processuais

Trata-se de ação monitória para a cobrança de duas notas promissórias no montante de R\$ 15.000,00 e R\$ 5.000,00.

O embargante reconhece ser devedor da quantia estampada no título de fl. 16, no valor de R\$ 5.000,00, sendo, portanto, incontroverso o pedido nesse ponto.

No que toca ao título de fl. 15, afirma que se refere a um empréstimo no valor de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

R\$ 10.000,00, e segundo declarado em interrogatório e posteriormente às fls. 61/62, dita quantia lhe teria sido entregue através de um cheque de R\$ 7.700,00 e o restante em dinheiro (R\$ 2.300,00).

Sustenta que assinou a promissória em branco, vindo o embargado a preenche-la em montante superior ao do empréstimo, estampando o valor de R\$ 15.000,00 na cártula.

Na sequência, declara ter efetuado o pagamento do título através da aquisição de um pacote de viagem para o embargado, o qual foi parcelado em seu cartão de crédito (R\$ 3.969,90), e o restante por meio da entrega de R\$ 9.000,00 em dinheiro, fruto da venda de um veículo que possuía à época.

Por sua vez, o embargado alega que emprestou o montante de R\$ 25.000,00 ao embargante, materializado em 03 (três) notas promissórias, sendo duas no valor de R\$ 5.000,00 e uma de R\$ 15.000,00. Conclui que o pagamento do pacote de viagem por parte do embargante se deu para quitação de uma das promissórias de R\$ 5.000,00, remanescendo as outras duas no valor total de R\$ 20.000,00, que são objeto de cobrança na presente ação.

As versões apresentadas pelas partes são colidentes e a questão deve ser tratada sob o enfoque do artigo 373 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

A versão do embargado é sustentada pela nota promissória de fl. 15, título de crédito dotado de autonomia e abstração, desincumbindo o autor do ônus de demonstrar o fato constitutivo de seu direito.

Assim, para obstar a pretensão autoral, atribui-se ao embargando o ônus de demonstrar fato impeditivo ou extintivo do direito do autor, para desconstituir a validade da cobrança, seja pela comprovação do pagamento, seja pela demonstração de vício intrínseco ao título, o que, todavia, não se verificou na hipótese.

A análise probatória dos autos, demonstra que o embargante não logrou êxito em asseverar que o empréstimo contraído era no valor de R\$ 10.000,00 e não de R\$ 15.000,00, conforme estampado na cártula.

Afirmou em audiência que o embargado entregou-lhe a quantia por meio de cheque e dinheiro, não possuindo condições de comprovar o valor efetivamente recebido, haja vista que o cheque foi repassado a terceiro.

No que toca à alegação de que teria quitado a dívida, melhor sorte não possui.

A declaração de que pagou R\$ 9.000,00 ao embargado em dinheiro não encontra menor lastro probatório nos autos, inclusive, em audiência, o embargante confirma que não possui recibo do pagamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Quanto ao recibo do pacote de viagem (fl. 37) não há elemento probatório seguro a firmar convicção de que o embargante o fez para adimplemento parcial da promissória de fl. 15, pois o valor é muito inferior àquele estampado na cártula e o recibo não demonstra a que título o pagamento foi efetuado.

Assim, ausente a comprovação segura do negócio adjacente ao título e prova de qualquer pagamento, é de rigor a rejeição dos embargos, prevalecendo a abstração das cártulas de fls. 15/16.

Por fim, deve incidir atualização monetária pela Tabela Prática do TJSP e juros de mora de 1% ao mês, ambos desde a data do vencimento dos títulos, na forma do artigo 397, *caput*, do Código Civil, considerando que a obrigação era líquida e sujeita a termo.

Por medida de economia processual e para não alongar a discussão, o cálculo dos encargos moratórios deve ser analisado na fase de cumprimento de sentença.

Ante o exposto, rejeito os embargos e acolho parcialmente o pedido monitorio. Julgo constituído o título executivo judicial no tocante à obrigação do réu, **ANTONIO APARECIDO CARDOZO**, de pagar o valor da dívida de R\$ 20.000,00, com correção monetária pela Tabela Prática do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês desde a data de vencimento de cada título.

Mínima a sucumbência da parte autora, condeno o embargante a pagar o valor das custas e despesas processuais, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, na forma do artigo 85, §2º, do CPC.

P.I.

São Carlos, 04 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**